

THAIS SENNA

INVESTIMEN

O cifrão que re

No Brasil, a velha receita de primeiro aumentar o bolo para, depois, dividi-lo, na prática, solou. O bolo só cresceu para o lado da minoria que já tinha muito. Sobrou pouco para dividir com a maioria carente. Além disso, os recursos públicos para investir no social transitam mal pelos descaminhos da burocracia. O país precisa ser eficiente e eficaz nesse campo, pois se trata de um investimento poderoso: cada cifrão, bem aplicado, tem enorme capacidade de remover diferenças. É disso que trata esta reportagem, seguida de uma entrevista com Henri Rouillé d'Orfeuill, o presidente da Finansol. Ele mostra que finanças e solidariedade não são antagônicas, descreve o modelo francês de inserção de pessoas na economia e manifesta o desejo de ajudar o Brasil a colocar em prática um modelo de finanças solidárias compatível com as suas necessidades.

No mundo ocidental, o investimento social como função do Estado aparece, historicamente, na Europa, a partir dos anos 70. É o Estado do bem-estar social. No Brasil, as desigualdades sociais sempre tiveram uma cobertura paternal do Estado, mas políticas públicas específicas só começam a ganhar corpo, em meados dos anos 80. O Estado do bem-estar social – que nunca chegou a ser uma realidade, no Brasil – entrou, porém, em declínio. E isso aconteceu, em função do hiperdimensionamento da função do Estado e seu conseqüente enfraquecimento financeiro.

O papel e os programas de investimento na redução das desigualdades

sociais saíram, então, dos gabinetes dos órgãos públicos e foram apropriados por várias esferas da sociedade. Ou seja, vêm se transformando, crescentemente, numa ação da iniciativa privada. Organizações do Terceiro Setor, grandes, médias e até micro e pequenas empresas estão atentas ao que acontece nas comunidades em que se inserem e prontas para interagir com elas, na solução de problemas dos mais diversos matizes sociais: educação, saúde, violência urbana, infância e juventude desamparadas, e toda uma multiplicidade de questões que interferem, caso não sejam atenuadas, no equilíbrio social das comunidades, municípios, estados e do país no seu todo.

O governo vê com bons olhos o inte-

resse das organizações privadas por áreas que antes eram de sua exclusiva atuação. O governo Lula, por sinal, vem fazendo um chamamento intenso da sociedade para que ela se ocupe na parte que lhe cabe nesse infeliz latifúndio brasileiro – a pobreza –, a fim de atenuá-la. A justificativa é de que uma sociedade mais igualitária é melhor para todos, seja do ponto de



TO \$OCIAL

move diferenças



Ilustração: Noel Joaquim Faad

vista do equilíbrio interno, seja para fins de diálogo com o mundo, com o qual o Brasil precisa interagir, cada vez mais, pois, até para vender produtos, a imagem de um país socialmente mais justo é fundamental. O Programa Fome Zero é um exemplo disso, pois envolve todos os segmentos da sociedade. Por outro lado, o atual governo também acaba de sancionar a lei que prevê a dotação pelo Estado de renda mínima aos brasileiros que permaneçam à margem do processo econômico. A iniciativa é resultado de uma longa e extenuante cruzada do senador pau-

lista Eduardo Suplicy (PT), e se acredita que a sua implantação deverá ser um esforço de longuíssimo prazo.

Estado e sociedade – O gigantismo do Estado brasileiro e o alto índice de pessoas abaixo da linha de pobreza – 11 milhões de famílias ou 50 milhões de pessoas – mostram que ações intersetoriais têm largas condições de contribuir para reverter o quadro de desigualdades sociais com que o país ainda se depara. “É de fundamental importância essa participação, uma vez que os governos das três esferas

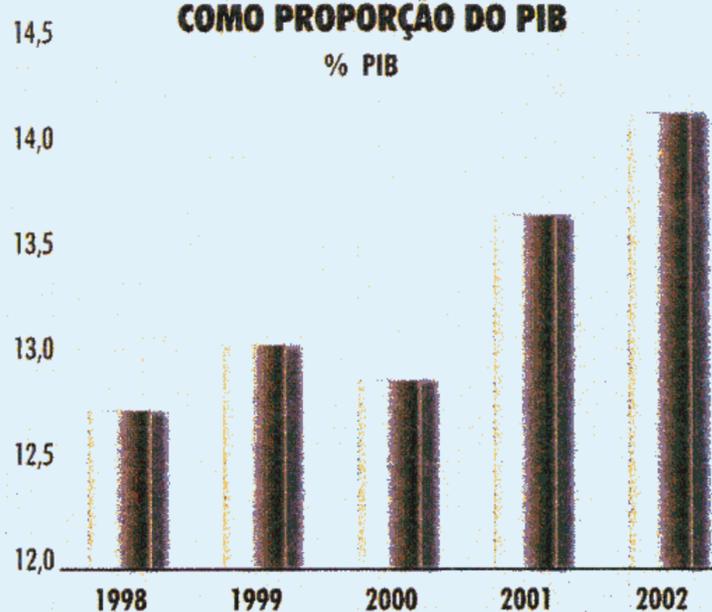
não têm condições de atender às necessidades e expectativas da sociedade. Além disso, ajuda a criar a cultura da solidariedade com os excluídos”, destaca a ex-senadora e ex-governadora do Estado do Rio, Benedita da Silva, que ocupou, até há pouco, o antigo Ministério da Assistência Social. O presidente Lula, diante da lentidão do Estado na aplicação, com resultados, de suas políticas no campo social, resolveu centralizar todas elas sob um único ministério, o de Desenvolvimento Social e de Combate à Fome, e entregou a missão de chefiá-lo ao mineiro Patrus Ananias, deputado federal pelo PT e ex-prefeito de Belo Horizonte.

Assim como é necessário que haja, no âmbito do Estado, uma ação consistente, com base na sinergia de todos os seus ângulos envolvidos com a questão social, também se torna fundamental que o mesmo ocorra com todas as esferas da sociedade e destas entre si. Sem a concatenação de esforços entre todos esses atores, sem uma sintonia fina entre o discurso e prática, os resultados ficam esparsos e acabam se perdendo, porque não produzem uma cadeia sustentada de bem-estar, que é a única forma de tornar a inserção social um fato concreto. Ou seja, nenhum resultado consistente será colhido, apenas com base em dar peixe; é preciso ensinar a pescá-lo e a produzi-lo, mediante cultivo adequado. O fundamental, na inserção social, é que o inserido passe a se sustentar como tal, não regredindo mais à condição de necessitado de sustento.

Essa deve ser, também, a filosofia das ações de financiamento dessa inserção. A bancarização de excluídos é da maior pertinência, mas se torna essencial que se dê de forma sustentável, e não episódica, e que o beneficiado pelo crédito seja capaz

de pagá-lo. Ou seja, sua inserção no sistema de consumo precisa se dar com segurança, para que ele não venha a ser, mais adiante, um endividado, e retorne, com isso, à condição de excluído. O crédito que incentiva a criação de micro e pequenos negócios, por parte de pessoas excluídas do sistema financeiro tradicional, também precisa se reger por esse espírito. Tem que ser cercado de todos os cuidados prévios e do acompanhamento necessário para que esses pequenos empreendimentos perdurem no tempo e no espaço. O futuro investidor tem que ser preparado para dar esse passo, mediante planejamento e acompanhamento ao seu

**GASTO SOCIAL DIRETO
COMO PROPORÇÃO DO PIB**
% PIB



Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAF).

alcance. Daí a importância de instituições como o Sistema Sebrae e outras, que se dedicam a esse objetivo, e da ação creditícia consistente dos organismos que integram o Sistema Nacional de Fomento, liderado pelo BNDES e que inclui o Banco do Nordeste, o Banco da Amazônia, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), os bancos de desenvolvimento de Minas (BDMG) e do Espírito Santo (Bandes) e inúmeros outros bancos públicos e agências estaduais de fomento. Além disso, esse esforço precisa, crescentemente, ser apoiado pelo sistema financeiro privado.

CIDADANIA CORPORATIVA

Banco do Brasil e Gafisa apostam na educação

Quando uma empresa ou instituição da sociedade civil decide aplicar recursos em ações sociais, a educação surge como a primeira opção de investimento. Pensando que a transformação social passa pela educação de crianças, jovens e adultos, duas empresas – a Gafisa e o Banco do Brasil – fizeram desse segmento sua base de atuação na área de responsabilidade social.

Para a Gafisa, especializada em construção civil, o investimento social é uma forma de “conduzir os negócios da empresa de tal forma que a torne parceira e co-responsável pelo desenvolvimento social”, como esclarece a sua gerente de Recursos Humanos, Cláudia Costa. Há dez anos, a empreiteira mantém escolas dentro de canteiros de obras com o intuito de alfabetizar os próprios funcionários e os de empresas terceirizadas. “Optamos por investir em alfabetização, pois acreditamos que a educação é a base de toda a existência humana e empresarial. Neste projeto, nossa intenção é desenvolver o ser humano, integralmente, e dar melhor condição de vida para cada um”, explica Cláudia.

Antes de começar o expediente ou no fim dele, entram em ação, em salas de aulas improvisadas, as professoras contratadas pela Gafisa. Baseadas na metodologia do Rio de Janeiro – existem turmas também em São Paulo –, a empresa investe, aproximadamente, R\$ 200 mil por ano. São cerca de 120 funcionários beneficiados com a iniciativa, sendo que mais de 1.500 já aprenderam a ler. “Para os que atingem 100% de frequência: é entregue, no final do mês, uma cesta básica. Essa foi uma maneira de motivar todos aqueles que necessitavam da alfabetização”, afirma Cláudia. A expectativa da Gafisa é elevar o número de funcionários atendidos. A empresa chegou a atender, em 2003, quatro escolas. Em 2004, a intenção é chegar a nove escolas. As ações sociais da empresa também incluem campanhas sociais,



Sala de aula da Gafisa: investimento social no canteiro de obras.

recreação em hospitais com distribuição de brinquedos e grupo voluntário.

O Banco do Brasil também tem uma agenda largamente diversificada de investimentos sociais. Assim como oferece uma gama de opções para os seus investidores e correntistas, é uma instituição financeira pública que atua nas áreas de educação, esporte e lazer. À frente de boa parte dessas ações, está a Fundação Banco do Brasil. “Estamos presentes em educação, cultura, geração de renda, meio ambiente e em ciência e tecnologia. Com uma política de atuação alinhada ao Programa Fome Zero, temos priorizado ações auto-sustentáveis que geram trabalho e renda para comunidades que vivem no limiar da exclusão social, ou em condições de insegurança alimentar”, explica o presidente da Fundação, Jacques de Oliveira Pena. O foco das ações é incentivar as potencialidades locais. Assim, fica a cargo da Fundação identificar, analisar e viabilizar as chamadas *cadeias produtivas*.

Com 15 anos de existência, a Fundação tem como missão contribuir com a transformação da realidade social brasileira. Por já ter uma boa experiência na área social, a Fundação atua, hoje, como “uma grande mobilizadora de instituições comprometidas com a redução das desigualdades e com a melhoria da qualidade de vida. O orçamento total da Fundação, em 2003, foi de R\$ 72,9 milhões. Como toda organização não-governamental, somos especialistas em fazer muito com pouco. Somente em programas como o AABB Comunidade, Escola Campeã e BB Educar, mais de um milhão de pessoas foram beneficiadas no ano passado”, afirma Oliveira Pena.

Distribuição de renda – Recente estudo lançado pelo Ministério da Fazenda, por meio da Secretaria de Política Econômica, mostra que três atribuições são, tradicionalmente, de responsabilidade do setor público: garantir a estabilidade e o crescimento da economia; promover eficiência na alocação de recursos; e perseguir equidade na distribuição de oportunidades e de acesso a bens meritórios, contribuindo, assim, para melhorar a distribuição de renda. “O gasto público social é o instrumento central dos governos

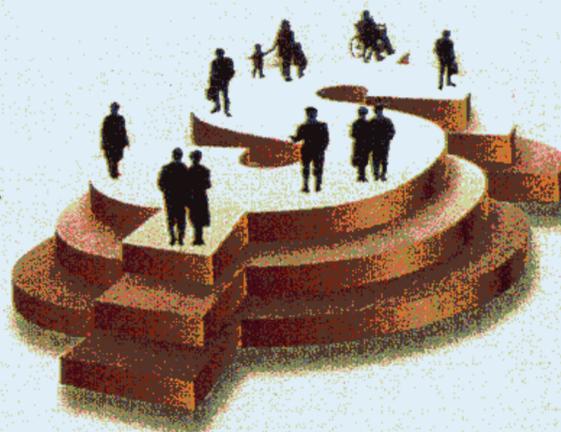
no desempenho dessa última função”. A observação faz parte do levantamento intitulado *Gasto Social do Governo Central: 2001-2002*. Nele, a secretaria traça um diagnóstico dos investimentos sociais realizados pelo Governo federal e aponta caminhos para contornar os problemas indicados.

Em 2002, o gasto social total do Governo central foi de R\$ 204,2 bilhões, equivalentes a 15,5% do PIB. Como gasto social são considerados os recursos utilizados pela previdência social (65,8%), saúde (12,8%), assistência social (5,5%), educação e cultura (5,3%), organização agrária (2%), habitação e saneamento (0,6%) e outros (2,9%). Os dados e estimativas apresentados no estudo revelam que mais de 2/3 das receitas líquidas do Governo federal são usadas para financiar despesas na área social. “No entanto, embora o Brasil seja um país relativamente jovem, a maior parte desse gasto se refere ao pagamento de aposentadorias e pensões, cuja incidência, no caso brasileiro, tem forte componente regressivo. Em contraste, os gastos sociais com maior poder de enfrentamento da pobreza e

das desigualdades sociais – como educação fundamental e média, saúde básica e programas de renda mínima –, apesar de crescentes, ainda têm uma participação bastante reduzida no orçamento do Governo Central”, ressaltam os autores no texto, dentre eles, o secretário de Política Econômica, Marcos de Barros Lisboa.

O que chama a atenção no estudo é a conclusão dos especialistas de que o brasileiro mais pobre recebe menos benefício, ou seja, as despesas sociais são malfeitas e acabam não chegando aos mais necessitados. “Apesar de ter um impacto significativo sobre a renda dos mais pobres, as transferências para esses grupos (mais pobres) são em geral de valor absoluto baixo, sendo insuficientes para elevá-los acima da linha da

pobreza”, destacam. O documento traz ainda comparações com outros países. Em relação à Inglaterra, por exemplo, há uma relação inversa entre benefícios e renda domiciliar *per capita*. Segundo o trabalho, nesse caso, os mais prejudicados são os desempregados e os trabalhadores informais, que estão fora da rede de proteção oficial. Como exemplo de que mudanças são possíveis, o levantamento mostra que, na Inglaterra, antes da intervenção do governo, a renda domiciliar inicial média dos 20% mais ricos era cerca de 19 vezes a renda inicial média dos 20% mais pobres. Após os tributos e benefícios monetários, essa razão é reduzida para oito. Como caminho para melhorar a distribuição de renda, os especialistas ressaltam a



importância das reformas, que devem melhorar a qualidade do gasto social também em termos de eficiência, aumentando o impacto de cada real investido sobre os indicadores sociais.

Gastando mal – Para Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o mérito do estudo não está nos dados que apresenta, mas no fato de ter sido realizado pelo Ministério: “O resultado já foi bastante pesquisado, porém é importante, porque vem do Ministério da Fazenda; por tornar isso público”. No entanto, os especialistas há algum tempo já sinalizavam para as dificuldades que envolvem os gastos públicos. Segundo Neri, o problema do Brasil não está em que se gasta pouco, mas no fato de que se gasta mal: “A área social apresenta muito gasto e pouco investimento, sem que isso leve a uma efetiva melhora da capacidade de renda das famílias brasileiras. O governo não mira os mais pobres; quando mira não acerta e, quando acerta, não causa transformações sustentáveis na vida das pessoas. O dinheiro não chega ao pobre e não tem efeito persistente no cotidiano”.

Para melhorar os gastos sociais, o Governo federal centralizou os programas sociais no Bolsa-Família, guardachuva sob o qual estão o Bolsa-Escola, o Auxílio-Gás, a Bolsa-Alimentação, e outros programas menores. “Em 2003, os recursos do programa totalizaram R\$ 4,3 bilhões. Isso representa um montante 65% maior do que todo o investimento em programas de transferência de renda, em 2002 – R\$ 2,6 bilhões. Para 2004, a previsão é uma transferência de 5,3 bilhões, ou seja, mais de 100% do que foi investido em 2002”, explica Ana Fonseca, coordenadora do Bolsa-Família. As mudanças produzidas pela unificação já podem ser sentidas em algumas comunidades. Para se ter uma idéia, no município de Lagoa Grande, no Maranhão, a renda em circulação aumentou em cerca de 20% a partir da implantação do Bolsa-Família.

A unificação consiste na transferência de renda destinada às famílias em situ-

Crédito da foto



Marcelo Neri

Elza Finuzal/ABr



Ana Fonseca

SOLIDARIEDADE

Um novo item da Economia e das finanças públicas e privadas

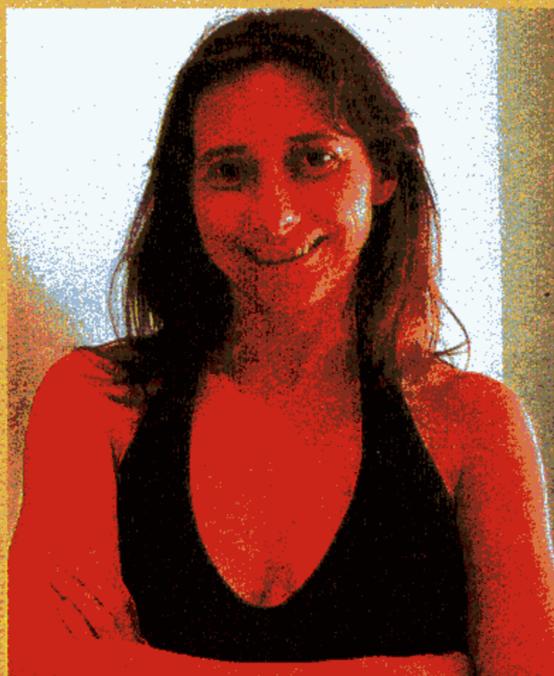
Maior acesso ao trabalho e à renda é a meta da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), sob a responsabilidade do economista Paul Singer. Para atingir esse objetivo, estão previstos o incentivo ao empreendedorismo, a formas de organização do trabalho baseadas no cooperativismo e na autogestão, à ampliação da oferta e a facilitação do acesso ao crédito, com destaque ao microcrédito e à capacitação gerencial. Para dar conta dessas tarefas, a Senaes estabeleceu prioridades como a formulação do arcabouço legal que regula as cooperativas, estímulo à produção de conhecimentos voltados para a economia solidária e disseminação de experiências bem-sucedidas.

Para João Roberto Lopes Pinto, do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), além de dar conta de todas essas ações, a economia solidária se articula com o investimento social, pois ambos trabalham para o desenvolvimento da sociedade: "A economia solidária funciona como uma estratégia de inclusão social. Estamos falando de um desenvolvimento que não exclui o grande, mas combina com o pequeno, com a abertura de novas fronteiras numa perspectiva solidária".

Lopes concorda com a Secretaria que se propõe a fazer, antes de qualquer política, um levantamento nacional. "O mapeamento de redes solidárias vai permitir conhecer cooperativas e experiências; pensar os arranjos produtivos e dar visibilidade aos casos espalhados pelo país; e ajudará no desenho de um plano de apoio". Ele destaca a importância fundamental de discutir bem dois pontos. O primeiro deles se refere à revisão da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), no item sobre a regulamentação das cooperativas. "A lei está caduca, deixa brechas para distorções, como permitir dentro das cooperativas a inclusão de pessoa jurídica, o que pode levar a uma subordinação. Há, também, a questão das retiradas de dinheiro dos cooperativados: a diferença entre a maior e a menor retirada não pode ser maior que seis; do contrário, a economia solidária pode perder o caráter solidário".

O segundo seria uma revisão na estratégia de concessão de microcrédito. "Outra mudança deveria acontecer nas cooperativas de crédito, que têm uma ação limitada. Não podem oferecer poupança, nem seguro, o que compromete a sustentabilidade". Lopes acredita que o microcrédito cumpre, em parte, a sua função de fomentar o desenvolvimento, mas tem um limite: "As pessoas recorrem a ele, muitas vezes, para pagar dívidas. Aquece a economia, porém de forma marginal". Para sair dessa situação, seria preciso dar apoio ao empreendedor. "O puro e simples microcrédito não gera desenvolvimento. Por isso, é preciso orientar o crédito. A redução dos juros é o primeiro passo. O crédito mais barato tem que estar articulado ao fomento dos arranjos locais", afirma Lopes.

Lucy Reis



Pauline Grosso (foto), especialista em economia dos países em desenvolvimento, e responsável na Embaixada Francesa pela cooperação entre Brasil e França no programa de Economia Solidária, também vê com cautela as políticas de concessão de microcrédito: "A experiência mundial mostra que distribuir crédito por meio de entidades que não são focadas em financiamento, ou mesmo por meio dos municípios, é um fracasso. Dificilmente, as pessoas vão perceber que o dinheiro da Prefeitura é para ser retornado. Então, anos depois, quando se chega com uma proposta de fazer crédito, as pessoas não aceitam mais. Estão acostumadas a não pagar, a achar que era de graça".

Na França, há experiências variadas de finanças solidárias, que surgiram em meados dos anos 80. "Esse movimento nasceu de duas perspectivas: dos cidadãos que tinham preocupação política – começaram a pensar o que os bancos faziam com o dinheiro deles –; e a segunda veio com a própria crise da economia. Todos se sentiam ameaçados em perder o emprego e não achavam mais trabalho. Resolveram abrir um negócio e não conseguiam financiamento", explica Pauline, segundo quem algumas pessoas, em seu país de origem, acreditaram que valia a pena financiar esses pequenos negócios, pois gerava renda e permitia a inserção social: "Foram criadas associações, cooperativas, instituições bancárias limitadas e várias formas de financiamento, com crédito em curto ou médio prazos – de 2 a 5 anos".

No tocante ao Brasil, Pauline acha que o a principal tarefa da Senaes é dar visibilidade às ações solidárias: "De um lado, é preciso fazer o possível para multiplicar as experiências; e de outro, trabalhar o lado da demanda, ou seja, os consumidores – o que passa pela sensibilização das campanhas públicas feitas para atingir as pessoas que não pensam nisso". Pauline destaca a importância de diferenciar economia solidária de economia popular, esta última voltada para os mais pobres: "A economia solidária não é só camelô que tem que sobreviver. É claro que fazer programas voltados para esse público tem uma dimensão social importante, mas não é por isso que ela é solidária. Solidariedade implica relações diferentes de trabalho entre donos e assalariados. Há muitas dimensões que não são contempladas apenas quando se fala de economia popular".

Assim como Lopes Pinto, a economista vê nas licitações para compras públicas uma estratégia para estimular a economia solidária: "O Estado é um grande consumidor, com compras volumosas que podem ampliar a produção, contribuindo para o amadurecimento das empresas e manter e gerar novos empregos. Se o Estado mostra que pode favorecer os pequenos, em vez apenas dos grandes empreendimentos, isso terá um efeito de demonstração incentivador."

ação de pobreza, com renda *per capita* até R\$ 100,00 mensais. Como contrapartida, os beneficiados devem manter os filhos, de até 14 anos, matriculados na escola e ter atualizado o seu cartão de vacinação. “Pretendemos que este seja um programa que também tenha ‘portas de saída’. O aumento da permanência da criança na escola ou a prevenção de doenças como a paralisia infantil, por exemplo, podem ser considerados resultados permanentes”, afirma Ana.

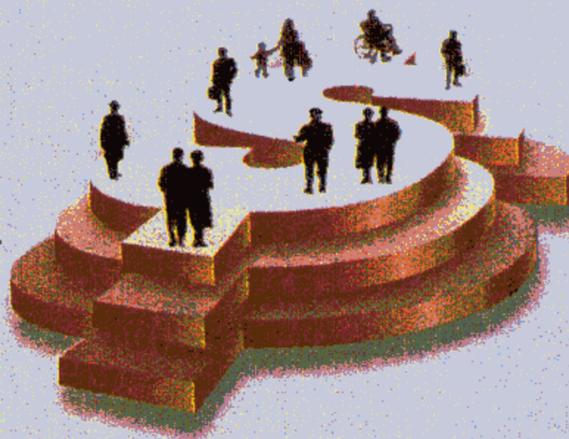
Desprotegendo os jovens – Para André Urani, presidente do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (Iets), o Bolsa-Família é um passo à frente nos investimentos sociais do governo: “Está-se, de alguma maneira, avançando na direção correta. A tradição no nosso país é que pobre era assunto de primeira dama. Unificar esses programas é uma maneira de procurar aumentar a eficiência, o foco e poder imaginar que, no futuro, elas terão eficácia”. Ressalta, porém, que toda e qualquer política de transferência de renda deve ser acompanhada de efetivo estímulo ao desenvolvimento social e, a seu ver, o programa peca, nesse ponto: “A transferência de renda é fundamental. Não vai acabar a pobreza, mas vai reduzir as conseqüências. Hoje, temos pessoas que precisam de renda para poder sobreviver com o mínimo de dignidade. É para que possa reduzir a pobreza o Brasil vai ter que passar por isso, pois as pessoas não são capazes de gerar renda”. O erro, na percepção de Urani, está no fato de que o programa beneficiará apenas os filhos de até 14 anos de idade: “Em relação à concepção original do programa, havia uma ênfase especial para os jovens: eles não apenas estavam dentro do programa, como os benefícios para eles eram mais elevados do que os demais. Esse seria um mecanismo para induzir a uma maior escolarização. Por restrições de ordem fiscal, esse componente ficou sacrificado, o que considero uma falha grave”.

O diretor-executivo da ONG VivaRio, o sociólogo Rubens César Fernandes, tem opinião semelhante: “Cerca de 1/4 da população jovem sai da escola sem concluir o ensino médio; jovens que ficam expostos ao risco. Isso é grave, evidenciando a necessidade de o país fazer política pública para adolescente. Em geral, quando há um

programa nacional, como o Fome Zero, as pressões orçamentárias acabam deixando de fora jovens na faixa dos 14 anos. Ainda não vi política nacional para esse grupo”. A propósito, o economista Marcelo Neri, da FGV, ressalta que, numa população de 30% de miseráveis, 46% têm 15 anos ou menos.

Na visão de Fernandes, atenuar essa situação e fazer com que outros grupos ganhem espaço nas políticas sociais depende da interlocução dos vários setores: “O Terceiro Setor tem a função de mobilização social em prol de causas de interesse público. Ele funciona como um laboratório social: inova, testa e, se as experiências derem certo, aí sim, podem e devem ser apropriadas pelo Estado, na condição de políticas públicas. Portanto, a sinergia é fundamental”.

Cidadania corporativa – Isabella Nunes, coordenadora do Núcleo de Responsabilidade Social da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), também é favorável à sinergia: “O que a nossa Federação defende é que as empresas não substituam as obrigações que são do Estado, mas se coloquem como parceiras ou, mesmo, assumam a atitude de exigir que as metas sejam cumpridas. A ação da empresa deve ser complementar”. A Firjan vem orientando as indústrias a se esforçarem no sentido de aproximar a lógica empresarial da lógica social, a fim de que o investimento social privado contribua para a redução das de-



igualdades. “As duas lógicas caminham juntas, só precisamos saber como se comunicam. A diferença é que, hoje, as empresas tratam o investimento social como estratégico, pois ela precisa de mercado. Não dá para vender produtos a uma sociedade fracassada, que não cresce. Existem metodologias que oferecem amplos indicadores quantitativos e qualitativos e instrumentos de gestão para que o gasto possa ser feito da melhor forma”, ressalta Isabella.

Paulo Itacarambi, diretor-executivo do Instituto Ethos, acredita que a empresa não deve substituir o Estado. “Cabe ao governo atender aos direitos sociais da população. A universalidade de determinados serviços públicos

é de responsabilidade do Estado”, alerta, lembrando que as empresas devem se somar às ações públicas. A Firjan utiliza para suas ações o conceito de investimento social privado elaborado pelo Grupo de Instituições, Fundações e Empresas (Gife). “O investimento social privado é o repasse voluntário de recursos privados de forma planejada, monitorada e sistemática para apoiar projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público. A preocupação com o planejamento e a avaliação dos projetos é uma peça fundamental do conceito de investimento social privado, e são estas características que o diferem das ações assistencialistas”, explica Judi Cavalcante, diretor-executivo adjunto do Gife.

Na visão de Cavalcante, os empresá-

Arquivo



Isabella Nunes

Arquivo



Judi Cavalcante

rios brasileiros têm percebido que é inconciliável, tanto do ponto de vista ético, como dos negócios, um cenário social em que coabitam empresas saudáveis e em crescimento, inseridas numa sociedade enferma, com um fosso cada vez maior a separar cidadãos ricos e pobres: "Entretanto, para que a sociedade possa reconhecer, plenamente, o caráter público das ações sociais das empresas é vital que, de um lado, elas estejam em consonância com as políticas públicas adotadas no país e, de outro, que tenham clareza dos conceitos e das práticas adotadas."

A publicação *Investimento Social Privado*

do no Brasil: Perfil e Catálogo dos Associados GIFE, com dados referentes a 2000, sobre a origem, natureza, formas de atuação e abrangência das organizações filiadas, aponta que essas organizações investiram R\$ 593 milhões em ações sociais no Brasil, em 2000, ou seja, 17% mais do que em 1997. Já a pesquisa intitulada *Ação Social das Empresas*, realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), indica que, no Sudeste, 93% das grandes empresas realizam ações em benefício das comunidades, contra 61% das pequenas. No Nordeste, a participação das grandes é de 63%; e a das pequenas, de 55%. Já no

Sul, os percentuais de atendimento são mais diferenciados: passam de 41%, entre as empresas, para 91% entre as grandes. O estudo mostra ainda que a atuação social privada está concentrada no Sudeste: 67% das empresas da região realizam algum tipo de ação em benefício das comunidades. No Nordeste, esse percentual é de 55%; e no Sul, de 46%.

Anna Maria Peliano, socióloga e responsável pela pesquisa, conta que as 462 mil empresas que atuam, voluntariamente, no atendimento a comunidades, investem cerca de R\$ 4,7 bilhões, o correspondente a cerca de 0,4% do PIB brasilei-

TERCEIRO SETOR

Ele já tem até um mapa

Como fazer um investimento social? Como dimensionar a atuação das organizações do Terceiro Setor? Com o objetivo de responder a essas perguntas, o professor Luiz Carlos Merege (foto), do Centro de Estudos do Terceiro Setor (Cets), da Fundação Getulio Vargas, coordenou uma iniciativa importante. Trata-se da



criação do *Mapa do Terceiro Setor*, um grande banco de dados que contém o cadastro de organizações da sociedade civil, associações de classe e outras instituições que atuam na área social. O cadastro, que pode ser acessado via internet, pretende ser uma ampla fonte de consulta para quem deseja investir no setor e para quem já atua no segmento, visando promover alianças.

Quais os objetivos do mapa?

O mapa foi criado a partir da intenção de se realizar um senso do Terceiro Setor no Estado de São Paulo. Como um senso requer grandes investimentos, o jeito foi o *site*, com o intuito de obter informações sobre as organizações. O investimento inicial foi da ordem de R\$ 200 mil, gastos com computadores, servidor e pessoal; e o orçamento anual é de R\$ 330 mil. As Fundações Orsa e Salvador Arena ajudaram o Cets na montagem da infraestrutura do site e da equipe que o administra. O objetivo é dar visibilidades às organizações e ser um canal de exposição a custo zero. Há pouco mais de 900 organizações cadastradas. A média de adesões é de três a quatro por dia, num universo de cerca de 350 consultas. O mapa tem representatividade geográfica, ajuda a comunicação entre as organizações registradas, e ainda funcio-

na como uma espécie de referência para muitas que não tinham nada organizado a seu respeito.

A função do mapa é ser um guia?

Essa é uma das intenções, até na chamada que o abre: *Sua referência para investir no social*. Sua função primordial é oferecer informações a quem deseja investir no Terceiro Setor e servir de intermediação.

O que é o Terceiro Setor?

Considerando-se a metodologia da ONU, ele é constituído por associações, institutos e fundações, e mais recentemente, sindicatos, partidos políticos e religiões, que prestam serviço de apoio coletivo. Levantamento de 1995, baseado em dados secundários dos Ministérios da Fazenda, Educação e Trabalho, mostrou que ele movimentava cerca de US\$ 12 bilhões, envolvendo, aproximadamente, 2,2% da mão-de-obra brasileira e representava de 1,2 a 2% do PIB. Esses são dados baixos, pois existem países de economia semelhante à do Brasil nos quais o Terceiro Setor emprega 7% da mão-de-obra e corresponde a 6% do PIB.

Onde as ações estão mais concentradas?

São Paulo é que tem o maior número de organizações cadastradas. A maior parte investe em educação e pesquisa (27%); promoção e assistência social (21%); e em cultura e recreação e desenvolvimento social e econômico (13%). Há os sindicatos e instituições internacionais que talvez não se cadastrem, por não se considerarem do Terceiro Setor.

Por que a visibilidade é importante?

O Banco Mundial mudou a sua política de abordagem, a ponto de procurar diretamente as organizações do Terceiro Setor, em função da malversação de recursos públicos, por parte do governo. No entanto, cabe ao governo capacitar as instituições para que elas usem o financiamento da melhor forma, pois muitas não estão preparadas para aumentar o nível de suas atividades.

Não é a solução; mas um dos caminhos

Os especialistas são unânimes em afirmar que o microcrédito atua no social de forma positiva, mas não se constitui num investimento social. “De acordo com a experiência mundial, o microcrédito é visto como um produto financeiro. Funciona como um instrumento de inclusão social, assim como os cuidados com o saneamento e a saúde, mas não é um investimento social tradicional”, diz Antonio Carraro, diretor-executivo da ABDE. Carlos Alberto Santos, gerente da Unidade de Apoio ao Financiamento e Capitalização do Sebrae Nacional, está de acordo com esse pensamento: “O acesso a serviços financeiros é como água encaçada: todo mundo tem que ter. Portanto, é fundamental. Mas, não estou falando de política social nem de transferência de renda, e sim de um serviço que tem custo”.

Para os especialistas, o microcrédito deve estar sempre atrelado à idéia de serviço, no qual está condicionado um pagamento. “Os programas de microcrédito precisam ser respeitados, pagos, ter baixo nível de inadimplência, caso contrário, não funcionam”, explica Carraro. No entanto, ambos afirmam que o impacto das políticas de microcrédito são visíveis e importantes para a economia brasileira. Para o diretor-executivo da ABDE, a concessão de crédito permite que atividades marginais possam se estabelecer de forma consistente, inclui pequenos empreendedores no mercado, leva ao aumento da produção e gera renda. “Por essa razão, os governos se voltaram para o microcrédito como um investimento de política pública, que envolve alto custo. O papel das instituições públicas é vital, visto que ONGs e outras organizações ainda precisam crescer para atender à demanda. A Caixa Econômica Federal e o BNDES também participam orientando e criando regras para a concessão”.

Para Santos, o Estado tem uma tarefa importante nessa questão: “É papel do Estado ajudar. É por isso que pagamos impostos. O microcrédito não pode, porém, ser transformado numa pana-



ceia de política social, nem num ajuste macroeconômico.

Trata-se de um instrumento importante, mas não se pode esperar que ele resolva problemas relativos à má distribuição de renda e ao desemprego. O microcrédito não vai fazer isso.”

Mesmo sendo atribuído um papel de destaque ao governo, as instituições privadas também devem participar, ajudando a fortalecer o setor. “A longo prazo, é desejável que instituições privadas de microcrédito estejam operando, minimizando o custo de funcionamento e do empréstimo”, prevê Carraro, que acredita que um dos desafios para se levar o microcrédito a mais pessoas é diminuir o custo do dinheiro, ainda muito alto.

Para o diretor-executivo da ABDE, o microcrédito pode ser visto de duas formas: como crédito ao consumo, conhecido como bancarização; e como crédito produtivo, usado para viabilizar a atividade empresarial: “O primeiro está relacionado à cidadania, à primeira conta corrente e ao primeiro crédito. É uma ação massificada, que tem um efeito na renda e aquece a demanda. Já o crédito produtivo é preciso ser analisado caso a caso, ‘olho no olho’, respeitando-se a especificidade de cada um”.

Já para o gerente do Sebrae, essa divisão não está presente de forma clara, quando se fala de micro e pequenos negócios: “É uma divisão macroeconômica, e quanto menor o empreendimento, menos essa divisão vale. É que não há divisão evidente entre o caixa da família e o da pessoa jurídica que, às vezes, nem é constituída.

Uma geladeira comprada por uma pessoa que cozinha para fora terá uso profissional e doméstico”, exemplifica. Dentre as ações do Sebrae Nacional voltadas para este setor estão o Programa de Cooperativas de Crédito e Microcrédito e uma parceria com a ABDE para o estudo e fomento ao microcrédito.



Antonio F. Carraro



Carlos Alberto dos Santos

ro de 2000. A especialista destaca que o conceito usado para o levantamento inclui uma gama muito grande de ações, sejam elas permanentes ou temporárias, e que estão ou não ligadas ao conceito de responsabilidade social: “Estamos analisando a entrada das empresas na comunidade. Não entramos nesse mérito, usamos o termo ação social, em caráter não obrigatório e para fora de seus muros, como ações temporárias”.

Com o intuito de dar visibilidade às ações sociais, o Instituto de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) há seis anos incentiva empresas a publicarem seus balanços sociais – um demonstrativo empresarial com informações sobre projetos, benefícios e ações sociais que abarcam funcionários, investidores, acionistas e comunidade. “A empresa pode gerir melhor sua empresa, a partir de uma comparação entre a declaração feita em dois

anos seguidos. Serve também como uma prestação de contas à sociedade e aos funcionários”, explica João Sucupira, coordenador do Ibase. Atualmente, o banco de dados do Ibase conta com 400 balanços sociais referentes a, aproximadamente, 200 empresas. “O faturamento das empresas que estão envolvidas com o balanço social corresponde a 10% do Produto Interno Bruto (PIB)”, afirma João Sucupira. □